O JUDICIARIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO VIII - Nº 71 - ABRIL DE 2016 ■ WWW.AMC.ORG.BR

ESPECIAL

O protagonismo da Justiça

Magistrados catarinenses e Professor falam sobre o papel e a importância do Poder Judiciário diante do cenário político do País.

PÁGINAS 8 e 9



INSTITUCIONAL

Magistrados visitam parlamentares em Brasília

PÁG. 6

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória da Juíza Eliza Maria Strapazzon

Página 10

NOVO PRESIDENTE DO TRE/SC

"Pretendo abrir um canal de diálogo com a sociedade, que venha ao encontro da democracia e do seu fortalecimento"

PÁG. 12

2 ABRIL DE 2016 O JUDICIÁRIO

EDITORIAL

A responsabilidade da Justiça

edição deste mês de O Judiciário traz como destaque uma matéria especial sobre o protagonismo da Justiça no atual contexto político do País. Para tanto, procuramos ouvir a opinião de magistrados e de especialistas no assunto para melhor compreender o grau de importância do Poder Judiciário nessa quadra da história, em que não só estão sendo reveladas práticas de corrupção que lesam significativamente o erário público como também recebem a devida punição, graças à atuação firme da Magistratura brasileira.

Interessante notar o papel dos meios de comunicação, que ao

dar visibilidade aos casos investigados e punidos, contribuiu para despertar ainda mais a atenção da sociedade para temas que até pouco tempo não faziam parte do cotidiano das pessoas. O cidadão comum passou a se interessar mais pela política e a compreender melhor o funcionamento do Poder Judiciário - bem como de outros órgãos como as Polícias Judiciárias e o Ministério Público - e sua importância em um Estado Democrático de Direito.

Aliás, esse despertar do cidadão para o cotidiano da vida política do País, somado ao interesse pelas nossas instituições democráticas, é que pode fazer a diferença nessa árdua e longa missão de depurar a República. Numa democracia jovem, como é o caso do Brasil, é fundamen-

É preciso valorizar a luta dos mais de 16 mil Juízes brasileiros, que todos os dias julgam as milhares de ações que tramitam em fóruns e tribunais pelo Brasil

tal que todos estejam atentos aos movimentos da classe política, à atuação da Justiça e à postura da imprensa. Mais do que isso, é preciso que estas mesmas instituições tenham plenas condições, o que significa respeito e proteção às suas respectivas prerrogativas e direitos, para que possam bem cumprir com independência e altivez o seu mister.

Neste sentido, faz-se necessário enaltecer não só o trabalho daqueles estão mais diretamente envolvidos com casos de grande repercussão nacional. É preciso também valorizar a luta dos mais de 16 mil Juízes brasileiros, que todos os dias julgam as milhares de ações que tramitam em todos fóruns e tribunais espalhados pelo Brasil, garantindo direitos e, acima de tudo, fazendo justiça!

[MEMÓRIA]



Desembargador João de Borba (em pé), representando também os Desembargadores Ivo Sell (1° à direta) e Euclydes de Cerqueira Cintra (2° à direirta), agradece os títulos de "Cidadãos de Campo Erê", conferidos aos três pela Câmara de Vereadores do município do Oeste catarinense, pelos relevantes serviços prestados na comarca. Sessão solene foi realizada no dia 2 de maio de 1980.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570 (48) 3231-3006 imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho **1º Vice-Presidente** - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer **2º Vice-Presidente** - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano VIII - nº 71 - Abril/2016

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição

Fabrício Severino Karina Schovepper Suelen Rocha

Diagramação e Projeto gráfico

Karina Schovepper

Colaboração

Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGOS

Os Moros do Brasil

Antonio Augusto Baggio e Ubaldo

Juiz de Direito e Diretor de Comunicação da AMC

As manifestações do dia 13 de março, além de seu foco principal contra o governo, reforçaram o apoio popular às instituições ligadas à Segurança Pública e à Justiça. A Polícia Federal, o Ministério Público e o juiz Sérgio Moro foram aparições positivas frequentes nas faixas e cartazes, nos discursos e nos brados.

Não surpreende que o povo brasileiro, como antes com o Ministro Joaquim Barbosa e o Mensalão, mais uma vez tenha personificado o reconhecimento ao Poder Judiciário no juiz Moro. É esperado, já que lhe incumbe a condução dos processos da operação Lava-Jato, a qual tem exercido de modo impecável.

Ele próprio, contudo, em nota emitida no mesmo dia, atribui o sucesso a "um trabalho institucional robusto que envolve a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e todas as instâncias do Poder Judiciário". Tem, pois, consciência de que sua força como juiz assenta-se na do Poder Judiciário como instituição e, logo, na atuação dos demais juízes. Afinal, conforme François Gorphe,

(...) estão todos, assim como o magistrado paranaense, silenciosamente cumprindo seus deveres com destemor, retidão de caráter, senso de justiça e capacidade técnica

"a justiça vale o que valem os juízes".

De fato, nos fóruns deste país há outros milhares de magistrados, estaduais, federais, trabalhistas, eleitorais, militares, realizando boa justiça, em casos banais ou complexos, públicos ou privados, com alguma ou nenhuma importância midiática. Salvo raras exceções, estão todos, assim como o magistrado paranaense, silenciosamente cumprindo seus deveres com destemor, retidão de caráter, senso de justiça e capacidade técnica. São os juízes mais produtivos do mundo. Cada um profere em média mais de 1.500 sentenças por ano, distribuindo justiça desde a mais prosaica briga de vizinhos até o caso mais grave de corrupção.

Com seu dedicado trabalho, esses juízes formam o arcabouço ético que confere credibilidade e força moral ao Poder Judiciário, mais além de sua legitimidade constitucional. Contribuem, assim, para a construção de um Brasil mais justo e merecem o reconhecimento que a consciência popular de algum modo apreende, tanto que se podia ler numa faixa de manifestantes de Criciúma: "Parabéns a todos os juízes Moro do Brasil".

O CPC e o nada



Lédio Rosa de Andrade

Desembargador do TJ/SC

Está em vigor o novo Código de Processo Civil. Há um ambiente de euforia no meio jurídico. Muitos livros estão sendo publicados, palestras, conferências, cursos, pós-graduações, estão sendo ministrados. Processualistas falam de boca cheia no momento de suma importância. Os tribunais se adaptam à nova legislação. O sentimento é de que agora a Ciência Jurídica irá melhorar e, por corolário, igualmente, a vida de todos nós.

A euforia costuma muito rapidamente decepcionar, leva à melancolia, à depressão e à mais profunda tristeza. No círculo jurídico, a presente euforia simplesmente se diluirá silenciosamente e de forma despercebida. Daqui a um ano irei escrever outro artigo para registrar um fato óbvio: nada irá mudar na vida dos brasileiros com o novo CPC. As injustiças continuarão as mesmas e os processos estarão ainda empilhados. Ainda que julgue mais rápido, jugar-se-ão as mesmas coisas. O CPC representará um nada para os cidadãos.

(...) nada irá mudar na vida dos brasileiros com o novo CPC. As injustiças continuarão as mesmas e os processos estarão ainda empilhados.

Por que essa visão pessimista? Primeiro, porque o Direito não é o principal regulador social e não possui capacidade de mudar as relações de poder e de riqueza em nosso país. Quem efetivamente manda e estabelece as condições de existência concreta do povo brasileiro não são as leis e as autoridades, mas, de fato, a lex mercatoria, ou lei do mercado. Uma resolução do sistema financeiro influencia mais a mesa dos brasileiros, suas condições de vida, do que a Constituição Federal.

Segundo, porque o CPC é uma mera legislação ritual, quer dizer, refere-se à forma como as ações tramitam em juízo. Não trata de direito material. Aliás, todas as ações hoje existentes nos fóruns e tribunais não discutem a estrutura injusta do Brasil. Se forem hipoteticamente julgadas em um único momento, em nada alteraria a nossa realidade socioeconômica e suas mazelas.

Nesse momento só consigo lembrar as palavras do príncipe oportunista Tancredi falando a seu tio, na obra O Leopardo, de Lampedusa: "A não ser que nos salvemos, dando-nos as mãos agora, eles nos submeterão à República. Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude."

*Artigo publicado no jornal Diário Catarinense, no dia 5/4/2016

Há Juízes no Brasil



Eládio Torret Rocha

Desembargador do TJ/SC

A história é bem conhecida, sobretudo no meio jurídico. Diante, todavia, dos sombrios tempos atuais, não custa recontá-la, porque oportuna e quiçá tranquilizadora aos corações e mentes dos brasileiros desejosos de desfrutar, hoje e sempre, de um país livre da opressão.

Ei-la: na Prússia do século XVIII, reinava Frederico II, dito "O Grande". Ainda que considerado um déspota, o rei era conhecido por apurado senso estético além estar sempre bem acompanhado, com Voltaire, por exemplo. O monarca, então, para desfrutar da condição de amante da arte, da boa mesa e das seletas companhias, ergueu um castelo de verão nas cercanias de Berlim, onde hoje está situada a cidade de Postdam.

Tempos depois, desejando alargar os seus domínios, deu-se conta o soberano de que o palácio era limitado com a pequena propriedade de um moleiro, que passava os dias em paz, moendo cereais e ligando quase nada para o fato de ter o rei como vizinho.

Assistindo, inobstante, a ação ereta, firme e justa de Sérgio Moro (...) os que querem o bem do Brasil podem (e devem) igualmente exclamar: Ainda há juízes no Brasil!

A paz, porém, não durou muito. É que Frederico II, firme no seu afã expansionista, fez chegar ao súdito uma proposta para a aquisição da propriedade, recebendo, porém, do emissário, resposta negativa. Disse o moleiro, ao recusar a oferta: "Aqui moraram meu avô e meu pai e aqui continuarei eu e meus pósteros".

Querendo, então, fazer valer o peso do cetro e da coroa, o monarca, de viva voz, o ameaçou: "Acaso ignoras que posso tomar-te o moinho sem nada pagar?" Resoluto o moleiro respondeu-lhe: "Ainda há juízes em Berlim". Porque era déspota, porém esclarecido, e soubesse da força dos juízes, sua Majestade recolheu-se e deixou que o moleiro continuasse a viver em paz.

Preocupados, na atualidade, com a agitação derivada da denominada Operação Lava Jato, mas assistindo, inobstante, a ação ereta, firme e justa de Sérgio Moro — como também, de regra, do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal —, os que querem o bem do Brasil, mirando-se no exemplo do moleiro prussiano como forma de se opor à arrogância e ao desgoverno de déspotas de ocasião, podem (e devem) igualmente exclamar: Ainda há juízes no Brasil!

*Artigo publicado no jornal Diário Catarinense, no dia 6/4/2016

Almoço de Páscoa reúne cerca de 300 pessoas na Sede Balneária



A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu, no dia 26/03, o seu tradicional almoço de Páscoa, na Sede Balneária da entidade, na Cachoeira do Bom Jesus. O evento contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas, entre adultos e crianças.

Para melhor atender o público infantil, foram contratados os serviços de uma equipe de recreação, que recepcionou as crianças e desenvolveu diversas atividades. Após o almoço, o Papai Coelho fez a distribuição dos ovos de Páscoa para a garotada.

Sessão solene marca posse do novo Desembargador Saul Steil no TJ/SC

Foi empossado, no dia 26/02, em sessão solene realizada no auditório do Pleno do Tribunal de Justiça, o Desembargador Saul Steil, mais novo integrante da Corte Estadual. A cerimônia contou com bom público e foi comandada pelo presidente do TJ/SC, Desembargador José Antônio Torres Marques.

Steil foi eleito ao cargo em sessão do Pleno do TJ no último dia 16 de dezembro. Com 59 anos, natural de Tijucas (SC), ele ingressou na Magistratura catarinense em 18 de junho de 1990, lotado na 3ª Circunscrição Judiciária, com sede justamente em sua terra natal. Atuou ainda nas comarcas de Itajaí e São José antes de ser promovido ao cargo de Juiz de Direito em 6 de julho de 1992, com lotação na comarca de Cunha Porã. Em sua trajetória na carreira da Magistratura de 1º grau, passou também pelas comarcas de Capinzal, Caçador, Rio do Sul e Curitibanos. Chegou à Capital em 1º de novembro de 2000.

Ascendeu ao Tribunal de Justiça, na condição de Juiz de Direito de 2º grau, em 26 de maio de 2009, com lotação inicial na Câmara Especial Regional de Chapecó (CERC). Retornou para Florianópolis em junho de 2010, como Juiz de Direito de 2º grau no Tribunal de Justiça. Ultimamente atuava na 3ª Câmara de Direito Civil. Após a posse, passará a judicar na 1ª Câmara de Direito Civil do TJ. Steil é especialista em Direito pela FURB e mestre em Direito Civil pela UNIVALI. Sua escolha foi por unanimidade.

Coube ao Desembargador Fernando Carioni saudar o novo integrante da Corte em nome dos colegas. Ele destacou a cultura jurídica e a metodologia de trabalho de Steil, uma vez que atuaram juntos na 3ª Câmara Civil do TJ. O empossando, em sua manifestação, passou em revista sua trajetória de vida, dos bancos escolares às atividades profissionais. Disse que o momento é de agradecimentos e perfilou pessoas que fizeram diferença em sua vida, a começar por seus pais. Deixou ainda um recado para as novas gerações: "Todo sonho é um ideal que pode ser realizado. Eu concretizei o meu, corram atrás dos seus!".



Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

CHAMPAGNES E ESPUMANTES

O termo champagne é de uso exclusivo dos vinhos espumantes produzidos no departamento francês do mesmo nome. Outros espumantes produzidos na França fora da Champagne usam outros nomes, como é o caso do crémant da Bourgogne. Muitos países utilizaram a designação champagne para seus espumantes, inclusive o Brasil, que o aportuguesou para champanha. Organismos internacionais, entretanto, têm feito amplo trabalho para evitar a contrafação, de tal forma que hoje usamos o termo espumante, também adotado por Argentina, Chile, Uruguai e Portugal. Os alemães usam o termo sekt, os americanos sparkling, os espanhóis cava, os italianos spumante e prossecco – este, em verdade, o nome de uma variedade de uva.

Como regra geral os espumantes são elaborados a partir do chamado vinho-base, branco, rosé, raramente tinto, que nada mais é que um vinho de mesa tranquilo que já passou por todas as fases comuns da fermentação. Para tornar-se espumante deve passar por uma segunda fermentação, destinada a criar o gás que o caracteriza.

Isso é obtido através de dois procedimentos distintos: *méthode champenois*e, ou método tradicional, em que a segunda fermentação é realizada na própria garrafa, pela adição de leveduras (*liquer de tirage*); e *méthode charmat*, no qual é feita em grandes tanques de inox.

O método champanhês é demorado, exigindo que cada garrafa seja girada diariamente, um quarto de cada vez (remuage) durante alguns meses, ao mesmo tempo em que são ligeiramente elevadas pelo fundo em armações de madeira (pupitres), para que os depósitos se aproximem cada vez mais do gargalo, a fim de serem retirados por congelamento ao final do processo. Aí recebem o chamado liquer d'expédition, que dá a forma final ao espumante. Já o método charmat é mais simples, pois o engarrafamento é feito diretamente dos tanques, apenas acrescentando-se o licor de expedição. Por isso este tipo de espumante, que exige muito menos tempo e mão de obra, é mais barato do que o tradicional.

Qualidade? Bem, aí as opiniões se dividem: o método tradicional é o preferido, mas alguns entendem que não há diferença. Em verdade, a qualidade não deriva apenas do modo de elaboração, porque fatores como a variedade da uva, o clima e o tipo de solo são determinantes. A região de Champagne reúne condições excepcionais. Situada no Nordeste francês, com invernos rigorosos e verões mais amenos, ali as uvas precisam ser colhidas com elevado grau de acidez, ou seja, com nível de maturação inferior ao de outras regiões, o que confere à bebida sua desejada refrescância. Suas imensas e frias adegas subterrâneas, cavadas em puro calcário, oferecem condições ideais para repouso e amadurecimento.

Alguns cavas espanhóis aproximam-se dos franceses, o que não acontece com os espumantes dos demais países europeus. Embora uns poucos proseccos italianos sejam agradáveis, nem de longe possuem as qualidades de um autêntico champagne. Porém, atenção: a maioria dos franceses comuns chega até nós em contêineres sem refrigeração, por via marítima, o que ocasiona sensível alteração da qualidade. Somente os mais classificados e caros é que são transportados por via aérea, com temperatura controlada. O mesmo alerta vale para os importados que chegam em caminhões após demoradas viagens pelas estradas do Mercosul.

Os produzidos na Argentina e Chile não são de grande qualidade. Por força do clima as uvas adquirem um elevado grau Brix (indicador da quantidade de açúcar), que lhes diminui a necessária acidez, tornando-os "achatados" e pouco refrescantes. A verdade maior é que os melhores espumantes do Novo Mundo, muitos dos quais nada devem aos franceses, são os brasileiros produzidos nas regiões altas da Serra Gaúcha e do Planalto Catarinense, como provam os resultados de avaliações nacionais e internacionais.

É hora, pois, de vencer o tradicional espírito de colonizado que nos domina desde o descobrimento e valorizar o excelente produto nacional, que chega fresquinho ao consumidor, mantendo intactas todas as suas características. Dar preferência aos nossos espumantes é ter bom gosto, saborear qualidade e poupar o bolso.

*Desembargador aposentado

DEBATE

Lava Jato é destaque em seminário da ESMESC e ACALEJ

Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), em parceria com a Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ), promoveu, no dia 11/03, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses, em Florianópolis, o Seminário "Aspectos Críticos do Processo Penal Brasileiro". Em pauta, os desdobramentos da Operação Lava Jato; a validade das provas técnicas no curso de um processo judicial; e a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que prevê a possibilidade de cumprimento da pena em caso de condenação do réu na segunda instância.

A primeira mesa de debates foi formada pelos Professores Zulmar Coutinho e Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco Lamy, da ESMESC, tendo como presidente o Juiz de Direito de 2º grau Júlio Cesar Machado Ferreira de Melo. A professora Anna Lamy fez uma abordagem sobre os direcionamentos atuais do Processo Penal brasileiro. Abordou também a Operação Mãos Limpas, ocorrida em 1992 na Itália, fazendo relação com o que vem ocorrendo no Brasil com a Operação Lava Jato. "A Operação Mão Limpas foi um show de horrores, chegou um momento que era tanta gente presa que as pessoas eram todas colocadas em uma cela dentro do Tribunal e eles eram julgados como se fosse um zoológico. E 20 anos depois, o que se concluiu é que o espaço liberado pela Operação Mãos Limpas foi ocupado por outras pessoas", destacou, acrescentando que "a construção do pensamento garantista e a valorização da Constituição Federal como fonte primordial do Direito é que vão nos tornar juristas melhores". O segundo painelista professor Zulmar Coutinho discutiu o uso da prova técnica como fator incriminatório, tendo como exemplo o uso do teste de DNA. "Eu valorizo a informação técnica, a informação da semelhança, mas é preciso considerar o conjunto das evidências, ter uma visão holística do fato", disse.

Mesa 2

A segunda mesa foi presidida pelo Juiz Fernando de Castro Faria e teve como painelistas o Desembargador Jaime Weingartner Neto (TJ/RS) e Procurador de Justiça Francisco Bissoli Filho (MP/SC). O Magistrado gaúcho iniciou sua fala destacando a fase de extremos por que passa o País, e que os Juízes estão cada vez mais pressionados pelos anseios da sociedade e os ensinamentos da Academia. "Não tem sido fácil se posicionar. É preciso exercitar a sernidade nesses tempos difíceis", assinalou. Neto também comentou sobre a recente decisão do STF (possibilidade de prisão já a partir da decisão de se-



gunda instância), a qual considerou "razoável". Opinião divergente neste sentido foi apresentada pelo segundo painelista, o Procurador de Justica Francisco Bissoli Filho, do Ministério Público catarinense. "Gostaria de saber como a Academia está vendo essa decisão do Supremo", indagou. Para ele, o STF tomou a referida decisão porque existe hoje no Brasil uma demanda significativa por punição. Ele ainda fez uma breve digressão sobre o instituto do trânsito em julgado. Por outro lado, ele elogiou a chamada PEC dos Recursos, que também permite a execução da pena já a partir da decisão de segundo grau. "Neste caso está correto, pois é o Legislativo que tem legitimidade para criar a norma, não o STF. Agora, qual vai ser o limite do Supremo? Acho que não há

o que comemorar. Temos que suspeitar dessa euforia no meio jurídico de que as coisas vão andar. Espero que os tribunais não deem tanta importância a essa decisão, pois ela não é vinculante, e que os nossos magistrados ajam como constitucionalistas", ressaltou.

Palestra de Encerramento

A palestra de encerramento foi proferida pelo Desembargador catarinense Rodrigo Collaço e versou sobre a recente decisão do STF, que prevê a possibilidade de cumprimento da pena em caso de condenação do réu na segunda instância. "Eu sou amplamente favorável a essa decisão. Não vejo que isso seja o fim do mundo e que vamos passar a ser perseguidos por juízes malvados", pontuou.

Juiz de Fraiburgo vai atuar no gabinete do Ministro Jorge Mussi

nistro Jorge Mussi, no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele iniciou suas atividades em Brasília no dia 22/02 e deve permanecer no cargo por seis meses, período que pode ser estendido até dois anos.

Deacordo com a lei 8.038/90, o Magistrado catarinense terá como função instruir os proces-

O Juiz Rafael de Araújo Rios sos de competência originária Schmitt, da comarca de Fraibur- do STJ. "É uma honra poder intego, foi convidado para atuar como grar o gabinete do Exmo. Minis-Juiz Instrutor no gabinete do Mi- tro Jorge Mussi. E de igual modo, como outros colegas também já o fizeram, é uma honra poder representar a Magistratura catarinense, já reconhecida nacionalmente pelo exímio trabalho de seus integrantes. Creio que será uma experiência extraordinária, em termos de vivência jurídica e pessoal", ressaltou.

✓ LIVRO

O Juiz Yhon Tostes, titular da 1ª Vara de Direito Bancário de Joinville, prefacia a obra "Análise Econômica do Direito: Justiça e Desenvolvimento", de autoria de diversos pesquisadores da área, sob a coordenação dos Professores Victor Hugo Domingues, Márcia Carla Pereira Ribeiro e Vinicius Klein, com o apoio da Associação Paranaense de Direito e Economia (Adepar) e do Núcleo de Direito Empresarial Comparado do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, junto com o da PUC/PR e CNPQ.

O livro aborda temas como políticas públicas, eficiência, Justica e economia pela ótica da Análise Econômica do Direito. Os artigos são distribuídos em subtemas: Direito Constitucional, Administrativo e Regulação; Direito Privado; Direito Concorrencial; Inovação; Poder Judiciário; e Desenvolvimento Econômico, além de um texto especial de autoria dos professores canadenses Ejan Mackaay, da Universidade de Montréal, e Alain Parente, da Universidade McGill. O livro sai pelo selo da Editora CRV.

INSTITUCIONAL

Comitiva catarinense visita parlamentares em Brasília





agistrados catarinenses realizaram, nos dias 1º e 2/03, um périplo pelos gabinetes dos deputados federais de Santa Catarina, com o objetivo de sensibilizar os Parlamentares acerca dos graves prejuízos às carreiras públicas, caso venha a ser aprovado o substitutivo do Deputado Ricardo Barros para o projeto de lei nº 3123/2015. A proposta prevê a regulamentação do teto remuneratório no serviço público.

Integram a comitiva o presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, a 1ª vice-presidente, Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, a 1ª secretária, Juíza Naiara Brancher, a 2ª secretária, Juíza Anuska Felski da Silva, bem como diretores de Departamento da entidade, entre eles, Juiz José Geraldo Pereira da Silva (aposentados), Juiz Antonio Augusto Ubaldo (comunicação), Juíza Claudia Margarida Ribas Marinho (adjunta esportes), e Juíza Gabriela Sailon de Souza Benedet (adjunta mulher). Foram visitados os Deputados Celso Maldaner (PMDB), Ronaldo Benedet (PMDB), Mauro Mariani (PMDB), João Rodrigues (PSD), Edinho Bez (PMDB), Marco Tebaldi (PSDB), Geovânia de Sá (PSDB), Carmen Zanotto (PPS), Esperidião Amin (PP), Rogério Peninha (PMDB), Jorginho Mello (PR) e Valdir Colatto (PMDB).

Os Parlamentares manifestaram preocupação com os termos do voto do relator Ricardo Barros (PP/PR) e se dispuseram a construir alternativas para garantir respeito às carreiras de Estado, dentre elas a Magistratura.



SENADORES. Os Senadores Paulo Bauer e Dalírio Beber, ambos do PSDB, e o Senador Dário Berger, do PMDB, estiveram no dia 8/04, na Sede Administrativa da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Na oportunidade, eles participaram de um almoço oferecido ao Ministro Rogério Schietti Machado Cruz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proferiu na manhã de hoje palestra sobre prisões cautelares.

Logo após, os Parlamentares reuniram-se com os dirigentes da AMC e representantes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/ SC), da Associação dos Juízes Federais do Estado de Santa Catarina (AJUFESC) e da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12° Região (AMATRA XII), para tratar de assuntos ligados à Magistratura e ao Sistema de Justiça.



POSSE. A sessão solene de posse da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OAB/SC) foi realizada no dia 25/02, em Florianópolis. O Advogado Paulo Marcondes Brincas foi empossado na presidência, função assumida anteriormente por Tullo Cavallazzi Filho, eleito para integrar o Conselho Federal da entidade.

O presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, prestigiou o evento. Demais Magistrados e autoridades também estiveram presentes, entre eles, o presidente do TJ/SC, Desembargador José Antônio Torres Marques, o ex-presidente do TJ/SC, Desembargador Nelson Schaefer Martins, o presidente do TRE/SC, Desembargador Cesar Abreu, e o ministro do Superior Tribunal de Justica (STJ) Jorge Mussi.

Além de Brincas, integram a nova diretoria os advogados Luiz Mário Bratti (vice), Maurício Voos (secretário-geral), Cláudia Prudêncio (secretária adjunta) e Rafael de Assis Horn (diretor tesoureiro). Também foram empossados conselheiros estaduais, diretores da Caixa de Assistência de Advogados (CAASC) e os presidentes das 44 subseções.

Dirigentes da AMC encontram-se com deputados catarinenses

Dirigentes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) visitaram, no dia 29/02, em Florianópolis, os Deputados Federais Rogério Mendonça (PMDB), o Peninha, e João Rodrigues (PSD). Na oportunidade, os Magistrados entregaram a nota técnica conjunta assinada por diversas entidades, entre elas, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), na qual rejeitam o substitutivo do deputado Ricardo Barros para o projeto de lei nº 3123/2015.

A proposta prevê a regulamentação do teto remuneratório no serviço público, excluindo as parcelas de natureza indenizatória. Os Deputados contatados na tarde de hoje manifestaram apoio ao pleito da Magistratura e asseguraram que vão votar contra o projeto. Participaram das visitas o presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, o diretor do departamento de comunicação da AMC, Juiz Antonio Augusto Ubaldo, e o diretor adjunto do departamento de valorização profissional, Juiz Rafael Sandi. A íntegra da nota técnica conjunta encontra-se disponível no site da AMC (www.amc.org.br).

■ VISITA - Juízes da comarca de Jaraguá do Sul, acompanhados de Promotores de Justiça e do Defensor Público atuantes na mesma comarca, receberam, no dia 7/03, o Deputado Federal Edson Bez de Oliveira, vice-presidente da Frente Parlamentar Mista para o Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira, que cumpria agenda de compromissos na região.

Na oportunidade, os Magistrados enalteceram o canal de diálogo estabelecido e apresentaram sugestões para os trabalhos da Frente, com a finalidade de aprimorar a prestação jurisdicional, tornando-a mais célere.

■ TRE/SC - O presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, recebeu, no dia 14/03, a visita do diretor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), Sérgio Manoel Martins, e da Secretária da Escola Judiciária, Sílvia Marinho.

O encontro teve como propósito tratar de campanhas a serem deflagradas no corrente ano, diante de um novo pleito eleitoral, além do apoio da AMC em eventos programados pela Escola Judiciária do TRE/SC.



FORTALECIMENTO. O Presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, juntamente com o Diretor Geral da ESMESC, Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, recebeu, no dia 10/03 o diretor geral da Aliança Francesa, Gilles de Lá Bourdonnaye.

Na parte da tarde, o presidente da AMC esteve reunido com o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina, João Joffily Coutinho. A primeira visita foi voltada ao estabelecimento de parceria com a Aliança Francesa, visando à disseminação do estudo da língua francesa, com foco em textos jurídicos. Já o segundo encontro, de caráter institucional, teve como propósito a troca de experiências entre as duas classes.



O Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Juiz Odson Cardoso Filho, recebeu, no dia 5/04, na Sede Administrativa da entidade, a visita institucional do diretor regional da Associação dos Delegados da Polícia Federal em Santa Catarina (ADPF), delegado Luiz Carlos Korff.

Também participou da reunião, que teve como objetivo fortalecer os laços entre as duas instituições, o Juiz Rui de Aguiar.

CAPA

O protagonismo da

os últimos anos, a Justiça brasileira assumiu um protagonismo nunca antes visto na história do País. Foi assim no julgamento da Ação Penal 470, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com o famoso caso do "Mensalão"; e do mesmo modo ocorre há dois anos, desde que iniciou a Operação Lava Jato, conduzida pelo Juiz Sérgio Moro. Para além do esforço dedicado ao combate à corrupção, também pode ser considerado um traço em comum o amplo e permanente acompanhamento desses casos por parte da imprensa, o que contribuiu significativamente para despertar o interesse na sociedade, que passou a conhecer um pouco mais sobre o funcionamento da Justiça brasileira e sobre como agem os principais atores da cena jurídica e política nacional.

Para o Professor, Advogado e Doutor **Cesar Luiz Pasold**, a atuação da Magistratura, não só nos últimos tempos, tem

sido, em regra, exemplar. "O Poder

Judiciário brasileiro - principalmente em função dos sólidos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil - foi, a partir de 1988, devidamente fortalecido em sua caracterização, finalidades e funções, sem prejuízo do relevante princípio da separação dos Poderes, implícito ao qual estão o equilíbrio e a harmonia entre os Três Poderes. A Magistratura brasileira desde então e não apenas nos últimos tempos e nos dois momentos processuais referidos na pergunta, tem atuado, em regra, com presteza, eficiência e eficácia. As poucas exceções tem recebido o tratamento corretivo devido, a meu juízo", destaca.

Segundo Pasold, a percepção do brasileiro em relação ao trabalho exercido pelos Magistrados também mudou. "Em minha opinião há um crescente exercício significativo da transparência e da publicidade dos temas republicanos. Assim se faz igualmente na atuação jurisdicional em nosso País, fenômeno também abrigado solidamente na Constituição Brasileira vigente (nos casos legalmente possíveis e sob cautela na discricionariedade quanto a isto). Os brasileiros estão crescen-

temente mais informados sobre o exercício da Judicatura, seus fundamentos, dinâmica e consequências. Esta condição provoca um aumento significativo na percepção jurídica a qual, por sua feita, gera ampliação quantitativa e qualitativa de consciência jurídica (noção clara sobre direitos e deveres) individual e social em nosso País. Em minha opinião, a mudança com relação aos tempos anteriores a 1988 é significativa: atualmente há mais brasileiros sabedores da relevância do trabalho dos Magistrados, sim", sublinha.

Sobre o papel exercido pela Imprensa, o Professor Cesar Pasold pondera, em primeiro lugar, que os meios de comunicação de massa (da rádio à tv, passando pelas denominadas redes sociais) exercem hoje uma significativa função proativa, participativa e interativa, elevando o grau de envolvimento dos receptores das mensagens. "Por isto, em segundo, ressalto que os meios de comunicação que sempre geraram informação e opinião sem retorno imediato, passam atualmente a tê-lo logo e disseminado em progressão geométrica de audiência/leitura. Em terceiro, a consequência disto

é o fortalecimento da transparência e da publicidade, que ficam agregadas de incremento na expressão de opiniões em dimensão coletiva e não apenas da opinião dos veículos comunicativos", comenta.

Por fim, ele reconhece que a sociedade está, de fato, dando mais importância ao Poder Judiciário e reconhecendo-o como a última e principal trincheira de defesa dos direitos do cidadão. "A sociedade brasileira confere maior importância ao Judiciário, especialmente nos momentos em que um ou os dois demais Poderes se enfraquecem ou se mostram em dúvida institucional ou estrutural, e ele (o Judiciário) exerce o seu papel suprindo lacunas e solucionando divergências. Constitucionalmente este é o locus do Poder Judiciário: 'última e principal trincheira da defesa dos cidadãos'. Enfim, na minha percepção há um aumento da importância atribuída ao Poder Judiciário pela população brasileira, principalmente graças ao fortalecimento da comunicação coletiva nos tempos atuais. Este fenômeno provoca a ampliação da responsabilidade jurídica e social de todos os integrantes do Poder Judiciário", pontua.

[ENTREVISTAS]







Juíza Cíntia Ranzi Arnt



AMC - O sr/sra concorda que a atuação da magistratura nos últimos tempos conferiu à Justiça brasileira o papel de principal Poder capaz de depurar a República brasileira? Qual a sua opinião sobre os últimos acontecimentos e quais as suas impressões sobre a postura da Justiça nesse contexto?

Desembargador João Henrique Blasi - Os Poderes do Estado têm, cada qual, um papel constitucional a cumprir, devendo fazê-lo de forma harmônica e independente, sem que se cogite da supremacia de um sobre outro. Tive a venturosa – e ímpar – possibilidade de integrar os Três Poderes, bem sabendo, então, da sobrelevante tarefa a cargo de cada um deles. Nos dias correntes, pelas mazelas que vêm

surgindo na ambiência do Executivo, pela atrofia das atribuições cometidas ao Legislativo, e pela resposta afirmativa que o Judiciário tem dado às ingentes questões que lhe são submetidas, ele assumiu marcante protagonismo na cena cotidiana.

Juíza Cíntia Ranzi Arnt - De fato, a República passa por um momento delicado, de intensa fragilidade ética e instabilidade administrativa e política, sem falar de uma aparente polarização ideológica, que confunde a população na tarefa de escolher os seus representantes, especialmente a menos esclarecida. Considerando as notícias que vem sendo veiculadas na imprensa relativas às ações ilícitas em tese perpetradas por agentes políticos e empresários nas operações 'Mensalão', 'Petrolão',

'Lava Jato' etc., penso que o Poder Judiciário confirma seu papel fundamental na República, de exercer o controle da atividade política sob o aspecto legal e, de certa forma, de manter o equilíbrio institucional, que decorre, em última análise, de exigir o cumprimento da lei por todos, incluindo, evidentemente, as autoridades. O Poder Judiciário ainda é a instituição de maior credibilidade e a última esperança do cidadão. Penso, porém, que a depuração da atividade política, além dos limites das decisões judiciais que vem sendo proferidas e que são fundamentais nesse processo, é papel exclusivo e primordial da população, no exercício do voto. Pelo que se tem visto, mesmo sem acesso aos autos desses processos, a atuação da Justiça tem se mostrado aparentemente irretocável, especialmente porque,

Justiça brasileira

em verdadeiro avanço histórico, autoridades de alto escalão envolvidas em crimes sem precedentes, tem sido alcançadas pelo braço da lei.

Desembargador Lédio Rosa de Andrade - Concordar com isso é desconhecer como funcionam as relações de poder, em nível internacional e local. O Poder Judiciário simplesmente não tem a menor condição de alterar as relações capitalistas, em especial as editadas pelo Sistema Financeiro. É claro que a Magistratura, por uma questão de Ego, está satisfeita. Isso é normal e pode até ser produtivo. O simbólico de ser xerife, a autoridade que manda, é muito forte. Mas vejamos a história. Na Itália a Operação Mãos Limpas fez algo muito maior e, de fato, agiu corretamente no combate à corrupção. Depois disso veio o Berlusconi, ou seja, as relações de poder continuaram as mesmas. Em verdade pioraram, pois a socialdemocracia italiana está sendo destruída. É muita ingenuidade achar que a atuação judicial é neutra. Por exemplo, quem estuda a fundo as questões políticas e filosóficas modernas, sabe que o neoliberalismo, ideologia que vem acabando com as políticas de bem-estar social e com o próprio Direito (no sentido de ter Direito fora da lex mercatoria) detesta a democracia. Prefere que questões complexas sobre a democracia não sejam debatidas pelos canais normais (o parlamento ou nas ruas) e sim sejam decididas pelo Judiciário, com um viés exegético neoliberal. Basta ler o livro: HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Então, muitos Juízes, no afã de se sentirem importantes, acabam seguindo, mesmo sem saber, a cartilha neoliberal. Outros o fazem por aderência ideológica. A Justiça brasileira, em especial o STJ, em grande parte, vem abandonando a função de garantir direitos sociais. Estão realizando uma reinterpretação das leis com cunho social para recuperar em favor das classes ricas o que perdem no parlamento. Isso é muito mais drástico do que um único processo ou uma única operação, mesmo que seja a Lava Jato. Não se pode medir o Sistema Oficial de Justiça por uma única atuação.

AMC - Como o sr./sra. avalia o trabalho desenvolvido pelo Juiz Sérgio Moro no âmbito da Operação Lava Jato?

Desembargador João Henrique Blasi - Considero que ele tem agido com acerto no atacado e cometido alguns erros no varejo. Ou seja, no geral tem obrado corretamente, dando significativo contributo para reduzir a sensação de impunidade no País.

Juíza Cíntia Ranzi Arnt - Uma das críticas comuns é a avaliação negativa que muitas vezes é feita, pela população ou pela imprensa, da atuação de nós, Juízes, mesmo quando não se tem acesso às provas dos autos. Assim, não parece tarefa apropriada comentar questões processuais que não se conhecem. No entanto, em relação à atuação específica do colega Sérgio Moro, penso que se deva reconhecer a postura altiva e corajosa com que o Juízo Federal em que atua tem se pautado na condução do processo, alcançando altas autoridades públicas, sem melindres, em que pese a extrema pressão a que está submetido, bem como a celeridade com que tem atuado, o que deve ser muito elogiado, inclusive quanto à estrutura a ele disponibilizada, já que, pelo que se sabe, exerce jurisdição exclusiva sobre o processo da 'Operação Lava Jato', o que foi permitido pelo TRF4, certamente fato decisivo para o resultado eficiente dos seus trabalhos. Ainda que existam linhas de atuação diversas pelos Juízes Criminais, a forma com que a questão vem sendo tratada e o processo conduzido merece servir de referência à atuação do PJ não só no Brasil, mas no mundo inteiro, sendo um histórico balizador da atuação jurisdicional contra a corrupção, um dos maiores males sociais que nos assola.

Desembargador Lédio Rosa de Andrade - Por respeito, não vou falar sobre a atuação de um colega. Penso, de forma geral e impessoal, que a nenhum Juiz é dado o direito de desrespeitar a Constituição em nome do justiçamento. A democracia é um bem precioso demais para ser sacrificada por tão pouco. Também penso que o Juiz deve agir corretamente e atuar independente da condição econômica das partes. Penso que os Magistrados devem respeitar a Imprensa e bem informar o público, mas nunca serem informantes ou atuarem em colaboração com qualquer veículo. Acima de tudo, creio que os Magistrados devem aprender a controlar o seu próprio Ego. A psicanálise faria bem para a maioria dos julgadores, sob minha forma de ver.

AMC – Desde o julgamento do caso do Mensalão, os meios de comunicação e, por consequência, a própria sociedade, passaram a valorizar, a olhar com mais atenção a atuação dos Juízes brasileiros, dando mais importância ao Poder Judiciário e reconhecendo-o como a última e principal trincheira de defesa dos direitos do cidadão. A que se deve esse novo olhar sobre a Justiça brasileira?

Desembargador João Henrique Blasi - Num Estado Democrático de Direito, a missão institucional reservada ao Poder Judiciário é exatamente esta: a de atuar como garante dos direitos do cidadão. E, no Brasil, desde o julgamento, pela Suprema Corte, da Ação Penal 470, conhecida como "Mensalão", a Justiça passou a ser mais conhecida e, sobretudo, mais respeitada.

Juíza Cíntia Ranzi Arnt - Infelizmente se desconhece, na prática, a atuação da Justiça Brasileira.

Muito pouco se sabe sobre a rotina dos Fóruns e a absoluta sobrecarga de trabalho dos Juízes que são, segundo dados da ONU e do CNJ, usando dados do IBGE, os mais produtivos do mundo. Ninguém resolve mais casos no mundo do que nós, Magistrados Brasileiros, mesmo com todas as privações e as dificuldades estruturais. As notícias comumente veiculadas dizem respeito a desvios de atuação ou a questões político-institucionais, que não refletem o valor e a importância do nosso trabalho nem o seu imenso resultado prático e os seus importantes reflexos sociais. Por isso é que, após esses casos de repercussão política e institucional, a percepção é a da atuação da Justiça que fugiria à regra: certamente se enganam. Dentre os meios aos Juízes disponibilizados, face às distorções estruturais existentes, o resultado do trabalho diário da Justiça é imenso. Salvo raros casos de desvios de conduta ética, a Magistratura brasileira é feita de juízes operosos, honestos, trabalhadores e criativos. Assim, importante que a comunidade conheça, mesmo por esses casos notórios, a sua Justiça e os seus Juízes, e tenha ciência que um Poder Judiciário forte e bem estruturado, com Juízes independentes e reconhecidos pela sua importância, será sinônimo de uma sociedade mais ética e justa.

Desembargador Lédio Rosa de Andrade - Esse olhar deve-se a um terrível engano. Triste de um País que o Poder Judiciário passa a ser respeitado pelo exercício do poder punitivo exercido em um ou dois casos concretos. Acabei de escrever um livro a ser publicado em breve no qual demonstro que nos últimos anos o STJ vem alterando sua própria jurisprudência através de um processo hermenêutico de ressignificação das Leis em vigor, cujo resultado é atender os interesses do sistema financeiro em detrimento dos interesses dos cidadãos brasileiros. Isso é muito grave, mas passa despercebido. A mídia não quer falar disso e o Brasil só fala sobre a pauta estipulada pelos grandes veículos de Imprensa. Nesse caso que cito os direitos dos cidadãos estão sendo dissolvidos. O Código de Defesa do Consumidor está, literalmente, sendo revogado em cada caso concreto, quando se julga a partir de uma declaração genérica de que o CDC se aplica aos contratos bancários para, em seguida, no mesmo julgamento, negar sua aplicação nas cláusulas impostas. Creio que o Poder Judiciário deve ser analisado como um todo e não a partir de duas ou três ações penais que condenaram pessoas importantes. Isso é o trivial. O importante é saber se nós Magistrados estamos atuando para construir uma democracia material, de bem-estar social a todos os cidadãos, ou estamos sucumbindo ao neoliberalismo, à supremacia de lex mercatoria, mesmo que isso signifique diminuir a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Para deixarmos de ser manipulados, devemos abandonar as simplificações midiáticas e pensar o Brasil e o Poder Judiciário com a complexidade que merecem.



Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DA JUÍZA ELIZA MARIA STRAPAZZON

"Entender dos nossos direitos e deveres era a minha busca"

SUELEN ROCHA

azer Justiça. Essa é a motivação pela qual a Juíza Eliza Maria Strapazzon celebra os 22 anos de atuação como Magistrada no Estado Catarinense. "Ajudar o povo brasileiro, aplicar as leis e os bons costumes em benefício dos conflitos ajuizados". O título honorífico de Cidadão Honorário, recebido em 2014 em Criciúma junto com outras 37 personalidades, reflete sua atuação em atividades que mereceram a aprovação da comunidade.

A Magistrada nasceu em Videira, Oeste Catarinense, cidade conhecida pela vitivinicultura do Estado, e lá morou por toda infância e adolescência. Estudante em colégio de Freiras, Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, ainda não lhe passava à mente ingressar no Direito.

A escolha pelo curso de Direito surgiu quando entrou com processo de separação judicial contenciosa. "Tinha elementos na época para pedir a anulação do meu casamento", conta. A Magistrada foi orientada pelo Advogado da época para entrar com a separação judicial e posteriormente converter em divórcio. "Meu interesse pelo Curso de Direito começou nessa época. Entender dos nossos direitos e deveres era a minha busca". De lá pra cá, adquiriu um sentimento pelo Direito que nunca mais lhe abandonou. "Acho que todo cidadão deveria fazer Direito a fim de melhor se orientar na vida tanto profissional como educacional".

A carreira iniciou quando passou no concurso para técnico judiciário auxiliar em Videira, onde assumiu na 2ª Vara Cível da Comarca. "Tinha somente uma vaga e eu passei em 1º lugar", comemora. Nesse percurso contou com a colaboração de um grande Juiz, Vital Pereira do Santos, que autorizou sua disposição para Comarca de Blumenau a fim de trabalhar no fórum do município e fazer vestibular na Universidade Regional de Blumenau (FURB), no Curso de Direito, já que Videira não ofertava essa oportunidade.

A Magistrada, que até então tinha formação no Curso Universitário de Ciências Contábeis, concluído em Videira, iniciou os estudos na Universidade Regional de Blumenau (FURB), no Curso de Direito. Com um ano de ingresso, solicitou transferência para a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVA-LI). Os motivos da mudança foram os custos na universidade particular em Blumenau e os gastos com pagamento de aluguel. "Fui morar com uma tia em Balneário Camboriú e concluí o curso de Direito em Itajaí", conta.

Após a formação, a Juíza fez uma nova mudança de cidade, agora para Florianópolis. A razão foi para fazer a Escola da Magistratura e trabalhar como assessora no gabinete do Desembargador José Roberge, no Tribunal de Justiça do nosso Estado. "Passei na segunda oportunidade que fiz a prova da Magistratura graças aos brilhantes professores que tive na Escola da Magistratura, e ainda ao que aprendi com o Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva e Desembargador José Roberge e todas as equipes correspondentes", relembra.

Foi em 1994 que ingressou na carreira de Magistrada. Inicialmente judicou na Capital, depois em Criciúma, retornando para Blumenau, e foi Juíza Substituta na região do Planalto Norte do Estado, que abrange as cidades de Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul e



Itaiópolis. A primeira Comarca que atuou foi em Coronel Freitas, como primeira Juíza titular. Logo depois foi removida para Papanduva, seguindo também para Xanxerê e Chapecó. Atualmente está há quase 12 anos em Criciúma.

De muitas histórias que vivenciou durante sua atuação como Magistrada, relembra um caso polêmico ocorrido em Chapecó, no qual foram condenados quatro policiais civis pela prática do delito de tráfico de drogas. "Decisão essa que foi mantida em todas as instâncias", destaca. Outra decisão importante foi a adoção de crianças para a Itália, caso que resolveu a situação de uma triste condição de uma família desestruturada que tinha seis filhos. "As crianças, um casal de gêmeos já com nove anos e um menor de um ano e meio, foram adotadas por um casal italianos".

Mais de uma década está sendo dedicada a unidade tributária de Criciúma, com usucapião e registros públicos. "Acredito que meu papel fundamental é ajudar a cidade de Criciúma a crescer, oportunizando muitas formas de conciliar os pagamentos dos débitos municipais e estaduais, além dos difíceis processos de recuperações judiciais, falências e insolvências civis", destaca. Para a Juíza, sua maior preocupação em conciliar sempre foi de ajudar muito na prática dos mutirões permanentes de conciliação dos tributos de IPTU e diversos. Cita ainda as ações de usucapião, que solucionam os conflitos de terras, e as Retificações de Registros Públicos. "Estas muito ajuizadas nessa Comarca em virtude dos diversos pedidos de dupla cidadania italiana".

A Juíza, que já foi homenageada com o título honorífico de Cidadã Honorária de Criciúma, pelas atividades prestadas como Magistrada, reconhece o papel do Juiz como solucionador de conflitos. "Vocação em fazer o justo dentro da lei, no Direito e no bom costume, resolvendo assim os infindáveis conflitos da população na busca de soluções adequadas. Equilíbrio é o que buscamos – JUSTIÇA", assinala.

AMC divulga notas públicas em apoio ao Juiz Sérgio Moro e ao Ministro Teori Zavascki

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) emitiu no mês de março duas notas públicas relacionadas à denominada Operação Lava Jato. A primeira, divulgada no dia 17/03, manifestou repúdio à tentativa de interferência no regular desenvolvimento das investigações e dos processos da Operação, reafirmando irrestrito apoio à atuação do Juiz Sérgio Moro e aos Orgãos Colegiados que estão a apreciar os fatos e as provas coletadas. Em consonância aos fatos da investigação, a segunda nota apresentada no dia 28/03, externou a preocupação e a contrariedade às recentes tentativas de intimidação e agressão aos Magistrados responsáveis pela condução dos processos, em particular ao Ministro Teori Zavascki, natural de Santa Catarina e integrante do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, ao tratar sobre a tentativa de interferência às investigações na Operação Lava Jato em decorrência da consoante divulgação dos episódios e arquivos de áudio no mês de março, considerou o princípio basilar que as autoridades públicas devem respeitar: "o livre exercício dos Poderes constituídos, além de se portar, invariavelmente, com retidão, probidade e decoro". Também esclareceu que tais manobras "tencionam influenciar julgamentos ou intimidar julgadores, ofender e procurar envolver pessoas que integram o Judiciário brasileiro, ou mesmo criar embaraços processuais com o único fim de retardar e evitar o cumprimento da Constituição e das Leis".

Na manifestação de apoio ao Ministro Teori Zavascki, o Juiz afirmou, ainda, que a AMC repudia "a leviana intenção de envolver e atingir a honra de Magistrados que compõem o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), vinculando-os pela imprensa a suspeita de ilícitos em mencionada Operação sem o mínimo de elementos probantes ou quando já completamente afastada a hipótese em face de equívoco nas identificações". A Associação reafirmou apoio aos Magistrados que conduzem os feitos em busca do esclarecimento desses graves fatos que maculam a imagem do País. "A Magistratura se mantém atenta, firme e unida, mostrando-se inflexível na defesa das garantias e prerrogativas de seus membros, em particular no que diz com a independência judicial".

Confira as notas na íntegra no site da AMC. Acesse www.amc.org.br.

I Colóquio de Outono: ESMESC promove debate sobre o Sistema Eleitoral brasileiro

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) promove, no dia 30/04, o I Colóquio de Outono, com o tema: "Sistema eleitoral brasileiro em crise? A reforma política é uma necessidade? O que deve ser mudado?".

O evento será realizado no auditório da Sede Administrativa da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), no horário das 8h às 12h, e tem como objetivo reunir estudiosos e pensadores do Direito Constitucional, Eleitoral e da Ciência Política para aprofundar a reflexão sobre o sistema eleitoral brasileiro e a reforma política, além de propiciar a formulação de possíveis respostas.

O Colóquio, sob a coordenação científica do ESMESC: www.esmesc.com.br.

Professor de Direito Eleitoral da ESMESC, Mauro Antonio Prezotto, tem como público alvo Estudantes, Professores, Magistrados, Promotores de Justiça, Advogados, bem como é aberto ao público em geral. De acordo com a programação, o colóquio consistirá em espaço de conversação com a participação de convidados especiais, como o Advogado e Professor da ESMESC, Rogério Duarte Silva; o Magistrado e Professor da ESMESC, Fernando de Castro Faria; o Professor da UFSC e Pesquisador do CNPq, Orides Mezzaroba; e da Professora da ESMESC e da Unisul, Solange Büchele de S. Thiago. A carga horária será de 5h.

Para mais informações, confira a página da

Polícia Militar

A Juíza Paula Boetke e Silva, da 1ª Vara Criminal de Criciúma, proferiu uma palestra direcionada aos Policiais do 9º Batalhão de Polícia Militar de Criciúma. O encontro teve como objetivo promover a atualização profissional, analisar situações de trabalho e esclarecer aspectos relativos ao processo criminal, entre outras questões que fazem parte do cotidiano dos policiais.

Durante a palestra, os policiais foram instruídos sobre o devido processo legal; direitos e garantias das partes, bem como dos agentes de segurança pública; relevância do relato policial quanto aos fatos flagrados no cenário do crime; e, por fim, as audiências de custódia, que passarão a ser executadas a partir do dia 1º de maio deste ano na comarca local.



TROFÉUS. A equipe da AMC finalizou mais um evento do esporte com bons resultados. O time da categoria livre foi campeão sul-brasileiro, com vitória na final sobre o Rio Grande do Sul por 2 x 0 - dois gols do Juiz Gustavo Menegazzi, que foi o artilheiro da competição, realizada no dia 16/04, em Porto Alegre (RS).

O Juiz Gustavo Marcos de Farias foi o goleiro menos vazado na categoria livre. O time catarinense levou, ainda, o troféu disciplina. Na categoria máster, Santa Catarina ficou em segundo lugar. O Juiz Alfredo Neto ganhou o troféu de melhor goleiro e, nesta categoria, SC também ganhou o troféu disciplina.

No tênis, a AMC também se destacou. As duplas André Moreira e Gilmar Lang, e Gustavo Marcos de Farias e Clayton Cesar Wandscheer ficaram com o terceiro lugar. Nas simples, também ganharam medalhas os Juízes Eduardo Burg (segundo) e Gustavo Aracheski (terceiro). "Em mais uma participação vitoriosa, os Magistrados catarinenses demonstraram sua força dentro e fora das quadras. Contamos com a participação dos colegas nos próximos eventos", ressaltou o Juiz Rafael Maas dos Anjos, diretor do Departamento de Esportes da AMC.

12 ABRIL DE 2016 O JUDICIÁRIO

NOVA GESTÃO

TRE/SC tem novo presidente

o dia 18/03, tomou posse o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), Desembargador Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu. Na ocasião, também foram empossados o vice-presidente e corregedor do TRE-SC, Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, e os Desembargadores suplentes, Cid José Goulart Junior e Marcus Tulio Sartorato. A cerimônia ocorreu no auditório do Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O Desembargador Sérgio Baasch Luz, que até então estava à frente da Justiça Eleitoral catarinense, proferiu seu último discurso como presidente do TRE/ SC, agradecendo aos membros da Corte, Ministério Público, Advogados e Servidores. "Muito ainda há por fazer, mas, neste ano que se passou, travamos uma luta em cumprir metas na Justica Eleitoral, aiustando-a aos trilhos do progresso e da modernização", afirmou, fazendo especial referência ao processo de cadastramento biométrico, que se encerra na próxima semana. Baasch Luz lembrou ainda de outras realizações de sua gestão, como a reestruturação do próprio Tribunal, a reestruturação da Escola Judiciária Eleitoral e a conclusão do planejamento das

eleições municipais de 2016.

Após assinar o termo de posse como novo presidente do TRE-SC, o Desembargador Cesar Abreu expressou inicialmente seus agradecimentos àqueles que depositaram nele a confiança na condução do próximo pleito eleitoral municipal, garantindo-lhe a possibilidade de, juntamente com a Corte, atuar em um momento político singular. "O desafio é dar os primeiros passos na reconstrução, em bases mais sólidas, dos alicerces da nossa República, tão combalida pelos escândalos que se revelam a cada dia mais indecentes", afirmou. Abreu dispôs-se a corresponder "às legítimas aspirações da sociedade com o processo eleitoral", garantindo que "não faltará energia e muito menos empenho para fazer valer nas urnas a vontade soberana do eleitor".

Na sequência, o Desembargador, lembrando dos cortes orçamentários impostos à realização do pleito, falou da necessidade de "fazer mais com menos" e disse que o compromisso maior da Instituição é com a democracia. "A Justiça Eleitoral não faltará ao dever cívico que a alimenta e inspira, guiando seus passos, que é a consolidação do Estado Democrático de Direito, que se viabiliza por meio das eleições, mecanismo apto a revelar representantes



legítimos, honestos e compromissados com o bem comum".

Em outra passagem de seu discurso de posse, o Magistrado pediu que se redobrem os esforços no combate às candidaturas "indignas, verdadeiros vírus a corroer as entranhas do poder e assassinar as virtudes nacionais". Para o Desembargador, as eleições municipais são as mais importantes eleições do país, pois "a vida se processa nas cidades e é a partir das eleições, realizadas de forma limpa e transparente, que se rompe o círculo vicioso até agora presente da

corrupção que, se não combatida, contamina as eleições subsequentes, estaduais e nacional". Ao final, o novo presidente do TRE/SC, conclamou eleitores, partidos políticos e candidatos, para o que considera "o maior desafio da história do nosso povo: mudar o Brasil", reservando à Justiça Eleitoral o papel de contribuir com eleições limpas. "A Justiça Eleitoral nasceu para servir ao país, para ajudar e orientar os partidos e os políticos, não para intimidá-los, persegui-los ou punilos. Seu ideário maior é garantir a justiça das urnas", concluiu.

[ENTREVISTA] DESEMBARGADOR CESAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU

AMC: Quais os objetivos da sua gestão a frente do TRE/SC? Quais serão as principais ações?

Desembargador Cesar Abreu: Além de dar continuidade aos projetos em desenvolvimento, pretendo abrir um canal de diálogo com a sociedade, promovendo a publicação de artigos de consumo popular, que venham ao encontro da democracia e do seu fortalecimento pelo voto livre e consciente. Pretendo, ainda, envolver as escolas institucionais do Judiciário, do Ministério Público, da OAB, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, para colóquios regionais, com vista às eleições municipais, envolvendo Juízes, Servidores, Promotores de Justiça, Advogados, partidos políticos e candidatos, numa cruzada cívica por eleições livres, limpas e transparentes. Quero também dar vazão rápida, segura e efetiva às demandas judiciais pendentes de julgamento na Corte Eleitoral, convocando, nesse viés, em colaboração, os juízes substitutos eleitos. Por fim, pela dinâmica do processo eleitoral, elaborar e dar concretude a um pacto democrático e republicano, envolvendo as instituições e a sociedade civil, exatamente com vistas às eleições municipais que se aproximam, para fazê-las marco da ética na política.

AMC: Este ano teremos eleições municipais. Quais as novidades e mudanças para o próximo pleito?

DCA: Temos mudanças significativas. Destacaria aqui o financiamento público de campanha e as alterações relativas ao tempo na campanha eleitoral. As campanhas eleitorais deste ano serão financiadas exclusivamente pelos recursos do Fundo Partidário e por doações de pessoas físicas. Empresas estão proibidas de financiarem as campanhas, propiciando, em tese, a desvinculação da administração futura em relação aos patrocinadores do pleito. No que tange ao tempo de campanha, houve uma redução de 90 para 45 dias. A propaganda no rádio e na televisão também foi reduzida de 45 para 35 dias, iniciando em 26 de agosto, com 10 minutos diários direto para candidatos a prefeito, mais 70 minutos de inserções para Prefeito e Vereador ao longo da programação.

AMC: Como está o processo de implementação do cadastro biométrico em Santa Catarina?

DCA: Concluímos, em 22 de março último, o cadastramento biométrico em cinco município catarinenses: Florianópolis, Joinville, Blumenau, São José e Palhoça. A meta foi atingida plenamente, com destaque para Palhoça, onde mais de 90% do eleitorado foi cadastrado. Até o próximo dia 4 de maio, estaremos regularizando a situação daqueles que não compareceram. Contamos, hoje, com 25% do eleitorado catarinense já cadastrado.

PALESTRA

"Prisão deve ser exceção e não regra", diz Ministro

erca de 150 pessoas, entre Magistrados, Servidores do Poder Judiciário e Alunos da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), participaram, no dia 8/04, do curso sobre Prisões Cautelares, ministrado por Rogério Schietti Machado Cruz, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O evento, promovido pela Academia Judicial (AJ), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e ESMESC, foi realizado no auditório da AMC, em Florianópolis.

Em seu discurso, na abertura do encontro, o presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, destacou a importância do tema, bem como deu as boas vindas ao palestrante e ao público em geral. "Destaca-se que as segregações provisórias, como medidas excepcionais e pautadas em razões de relevância, hoje não são só alvo de interesse dos operadores do Direito, mas também da sociedade em geral, fruto da exposição causada por investigações e ações penais que estão a abalar as estruturas da República, considerando, ainda, os personagens envolvidos", ressaltou.

Já o diretor da AJ, Desembarga-



dor Luiz César Medeiros, disse que a entidade pretende levar o evento para outras regiões do Estado. "Este evento é um marco de muitas atividades que pretendemos realizar com a participação dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Queremos que eles tragam não só a sua visão dogmática, mas também prática do Direito", assinalou.

Logo após a cerimônia de abertura, o Ministro Rogério Schietti falou sobre os aspectos que devem ser levados em conta nas prisões

cautelares, tendo como base o princípio do "Favor Rei" (ou in dubio pro reo), considerado como um dos mais importantes do Processo Penal. Entre os tópicos destacados estão o princípio da dignidade humana, presunção de inocência, excepcionalidade, jurisdicionalidade, provisoriedade, dever de motivação e proporcionalidade. "É importante destacar que a prisão é uma medida de exceção e não deve ser vista como regra. E por ser excepcional, ela deve ser permanentemente

justificada", pontuou.

O Ministro também comentou sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que prevê a prisão do réu já a partir da decisão de segunda instância. "Cerca de 10% dos homicídios que ocorrem no mundo acontecem no Brasil. Morrem, aqui, 60 mil pessoas por ano. É mais do que em muitas guerras. E hoje no nosso País tem muita gente que deveria estar presa e não está e muita gente que está solta e deveria estar presa", sublinhou.



Magistrados Federais e Estaduais reuniram-se, no dia 17/03, em frente à sede da Justiça Federal, em Florianópolis, para manifestar **apoio ao Juiz Sérgio Moro** e a favor da independência Judicial. Cerca de 150 pessoas entre Juízes Federais, Estaduais e Servidores de Justiça participaram do protesto, segundo dados da Associação dos Juízes Federais do Estado de Santa Catarina (Ajufesc). Além da Capital, o ato nacional aconteceu em outras sete cidades catarinenses: Caçador, Chapecó, Joaçaba, Itajaí, Lages, Criciúma, e Jaraguá do Sul.

✓ CURTAS

- FONAPE A cidade de Salvador (BA) sediou, entre os dias 24 a 27/02 deste ano, o II Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE). O evento, promovido pelo Conselho Nacional da Magistratura, contou com a participação de Magistrados de todo o país, bem como de profissionais de outras carreiras jurídicas e representantes do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (IDDH), Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e Rede de Justiça Criminal. A Justiça catarinense foi representada pelas Magistradas Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt e Lílian Telles de Sá Vieira, além do Juiz João Marcos Buch, que participou também da organização do Fórum.
 - HOMENAGEM A Câmara Municipal de Florianópolis realizou, no dia 23/03, na ALESC, Sessão Solene de Aniversário de Florianópolis. Na oportunidade, o Parlamento da Capital realizou a entrega das três honrarias mais importantes da Casa: a Medalha e Diploma de Mérito Virgílio Várzea, a Medalha e Diploma de Mérito Francisco Dias Velho e o Título de Cidadão Honorário. Entre os homenageados estava o Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, que foi agraciado com o título de Cidadão Honorário. A honraria tem por objetivo homenagear pessoas não florianopolitanas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município, Estado, União ou à humanidade.

14 ABRIL DE 2016 O JUDICIÁRIO

FONAJUV debate os trabalhos em favor da infância e juventude



uma honra assumir este posto. Há 18 anos na magistratura, praticamente metade atuei na Vara da Infância e Juventude. E foi onde ■me encontrei e me realizei, apesar de todas as agruras. A declaração dada pela Juíza catarinense Ana Cristina Borba Alves, ressaltou o agradecimento pela sua nomeação como nova presidente do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV). A eleição ocorreu durante a 18ª edição do Fórum, realizado nos dias 3 e 4/03, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em Florianópolis. Além da Juíza, foram eleitos mais outros três membros do Fórum: a Juíza Valéria da Silva Rodrigues (TJ/ MG), como Vice-Presidente; a Juíza Maria do Socorro (TJ/GO), como 1º Secretária; e o Juiz Vladson Bittencourt (TJ/ES), como 2º Secretário.

A primeira edição do Fórum de 2016 foi coordenada pelo presidente do FONAJUV, Juiz Roberto Ferreira Filho (MS), pela Juíza catarinense Ana Cristina Borba Alves e teve o apoio da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEIJ), CEJUR/Academia Judicial do TJ/SC, da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC) e da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ). A próxima edição do Fórum está prevista para agosto deste ano, a ser realizada nos dias 18 e 19, em Goiás.

O evento incluiu em sua programação conferências sobre temas como o panorama da infância e juventude no Brasil, os padrões e referenciais para o atendimento socioeducativo, o atendimento socioeducativo e Justiça Restaurativa. Na ocasião, o Desembargador Sérgio Izidoro Heil foi homenageado pela Magistrada Ana Cristina Borba Alves, em nome do Colégio Nacional dos Coordenadores da AMB e da ABRAMINJ, da Coordenadoria Regional e dos Juízes da infância e da juventude de Santa Catarina, pelos trabalhos prestados em favor dos direitos da infância e juventude. O Fórum encerrou com a apresentação de projetos e boas práticas desenvolvidos por Magistrados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, como novas alternativas de resgate de crianças e adolescentes da criminalidade.

Campanha de Páscoa arrecada doações para crianças e adolescentes carentes

A AMC promoveu uma campanha de Páscoa, para arrecadação de doces e dinheiro, os quais foram entregues a três instituições de Florianópolis que acolhem crianças e adolescentes.

Com a participação de Colaboradores da AMC/ ESMESC, Magistrados (ativos e inativos), Pensionistas, bem como Professores e Alunos da ESMESC, foram arrecadados R\$ 1.745, além de 25 caixas de bombons. Deste montante, R\$ 1.250 foram doados para a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito e destinados para auxiliar nas despesas da festa de 15 anos de três meninas acolhidas.

O restante do valor foi revertido em doces, que foram entregues para as crianças da Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, Casa Lar Emaús e Colégio Estadual Aldo Câmara da Silva.

ACALEJ

Em solenidade no dia 8/04, no auditório da Universidade Regional de Blumenau (FURB), a Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ) empossou o Juiz Orlando Luiz Zanon Junior na Cadeira 38, cujo Patrono é o Desembargador Belisário Ramos da Costa.

Prestigiaram a sessão especial a 1ª vice-presidente da AMC, Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, os integrantes da ACALEJ, os Juízes Júlio César Machado Ferreira de Melo e Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva, além dos Magistrados Simone Faria Locks Rodrigues, Quitéria Tamanini Vieira Péres, Leila Mara da Silva, Álvaro Luiz Pereira de Andrade, Clayton Cesar Wandscheer e Jeferson Isidoro Mafra.

Escudo de Vidro

O Juiz Fernando de Castro Faria lançou, no último sábado (17/04), o seu primeiro romance, em formato digital, intitulado "Escudo de Vidro". Os dois primeiros capítulos já estão disponíveis no site Empório do Direito (www.emporiododireito.com.br/escudo-de-vidro).

A obra foi escrita ao longo de mais de três anos e conta a história de Waldorf, um renomado advogado criminalista, e do juiz Freitas. "Não é um livro sobre o Direito, mas é impossível escrever, ao menos para mim, a partir do nada. Coisas que vi ou criei, lugares que conheci ou imaginei e algumas pessoas que encontrei ou simplesmente concebi estão nele", conta o Magistrado.

Toda semana, aos sábados, mais dois capítulos são disponibilizados aos leitores, num total de quatorze.

IPREV

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Juiz Odson Cardoso Filho, esteve reunido, no dia 28/03, com o presidente do Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPREV), Renato Luiz Hinnig. Também participaram do encontro o secretáriogeral do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Juiz Jefferson Zanini, o coordenador de Magistrados, Juiz Carlos Roberto da Silva, e o Juiz Alexandre Morais da Rosa.

A visita teve por objetivo estreitar os laços entre as duas instituições, bem como discutir questões ligadas à área previdenciária que envolva Magistrados (ativos e inativos) e Pensionistas.



AMC faz evento em respeito ao Dia Internacional da Mulher



REFLEXÃO. "O preconceito de gênero não é só uma questão a ser modificada apenas nos homens, mas também em nós". A declaração dada pela Diretora do Departamento da Mulher da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Fabiane Alice Muller Heinzen Gerent, abriu a palestra "A arte de ser mulher", ocorrida no dia 19/3, na sede administrativa da entidade. O evento teve como objetivo reunir Magistradas, Pensionistas, Filhas, Mães, Esposas e Companheiras de Associados, trazendo reflexões a respeito das questões relativas à mulher.

Para a Juíza Fabiane Gerent, o encontro foi um momento de reflexão e de mudança de conceitos. "Se minha filha um dia quiser seguir meus passos, espero que encontre uma Magistratura em que não sinta que precisa ser mais para poder ser igual", analisou a Diretora sobre a busca diária pela igualdade de gênero na carreira. Durante a palestra, também esteve presente a Diretora Adjunta do Departamento da Mulher, Gabriela Sailon de Souza Benedet, e a Vice-Presidente, Jussara Schittler dos Santos Wandscheer.

Em sua palestra, a Psicóloga Telma Lenzi tratou sobre os estereótipos da TPM e demais questões emocionais. "Nós temos que trabalhar com nossa singularidade a fim de diminuir os rótulos culturais e preconceitos que nos reduzem e isolam", disse. Para ela, a cultura do patriarcado designou à mulher a emoção e ao homem, a razão, o que é ruim para ambos os lados. "A nós cabe levar aos nossos filhos uma nova visão sobre o Direito e a sensibilidade", completou.

Juízas recebem homenagem em Biguaçu

A Prefeitura Municipal de Biguaçu promoveu, no dia 7/03, no Centro Cultural Casarão Born, no centro da cidade, evento especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Na oportunidade, foram homenageadas as Juízas Ana Maria Leal Mendes e Gabriela Sailon de Souza Benedet.

Em sua fala, a Juíza Ana Maria relatou que foi a primeira Juíza e Vereadora nascida em Biguaçu. "Cada mulher vai conquistar seu espaço com sua força. Fui Vereadora no município de Biguaçu e depois fiz concurso para Juíza de Direito, que foi minha grande batalha, pois não foi fácil em 1973, o machismo falava muito alto, mas consegui. E hoje fico feliz que o Tribunal de Justiça tem muitas mulheres que fazem uma

diferença muito grande. Além do trabalho, temos um sentimento muito bom para tratar os assuntos familiares, nós somos guerreiras, conquistando esse mundo e os homens tiveram que nos bater palmas. Felicidades e parabéns para todas mulheres guerreiras de toda nossa cidade", completou Ana Maria.

A homenageada e Juíza de Direto da comarca de Biguaçu, Gabriela Sailon de Souza Benedet, também falou aos presentes: "quando recebi o ofício da Prefeitura eu pensei que fosse algo relacionado ao trabalho do dia a dia do Fórum, e à medida que eu fui lendo eu me emocionei. As mulheres, embora estejam na vida pública e atuando no trabalho privado, precisam desse espaço de reconhecimento".

CONTRACAPA ABRIL DE 2016 O JUDICIÁRIO

COMBATE AO PGC

Magistradas recebem homenagem na ALESC

Assembleia Legislativa de Santa Catarina, atendendo a proposição da Mesa Diretora, realizou, no dia 28/03, uma sessão especial em reconhecimento aos Magistrados, Promotores de Justiça e Policiais que atuaram na operação Salve Geral, realizada entre 2012 e 2013 em combate ao crime organizado. Na oportunidade, foram homenageadas a Desembargadora Marli Mosimann Vargas e a Juíza de Direito Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, 1ª vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).

A operação policial, considerada a maior já desenvolvida no Estado, aconteceu em resposta às facções criminosas que, de dentro de unidades prisionais, comandaram uma onda de atentados a ônibus, prédios do governo, bases policiais e veículos particulares, em diversos municípios catarinenses.

O presidente do Legislativo estadual, Deputado Gelson Merísio (PSD), que conduziu a sessão, afirmou que, mais do que apontar nomes, a solenidade tinha como objetivo destacar o trabalho prestado pelo funciona-



lismo público estadual. "Muito mais que apenas fazer homenagens pessoais, queremos aqui reconhecer o trabalho, a vocação e a dedicação ao serviço público por essência. E num momento como este, pelo qual o país passa, temos uma necessidade maior de contar com pessoas que

têm responsabilidade e oportunidade de fazer forma diferente, de ir além de suas obrigações em suas missões de servir a sociedade catarinense."

Segundo a Desembargadora do TJ/SC, Marli Mosimann Vargas, o julgamento da apelação durou 13 horas e resultou no maior acórdão

já realizado nos 124 anos de história Judiciário catarinense, em um total de 1.147 páginas. "Foi um trabalho árduo, mas a Justiça foi feita com rapidez e, após dois anos, devemos cumprimentar todos os envolvidos na operação e trabalhar para evitar que estes atos criminosos se repitam."

Aposentadoria: AMC presta homenagem a magistrados

Os Juízes Luiz Henrique Martins Portelinha e Paulo Roberto Froes Toniazzo tiveram seus pedidos de aposentadoria aprovados no mês de março pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). Com 10 anos de diferença entre eles na carreira da Magistratura, os Juízes são reconhecidos pela atuação marcante na

Justiça catarinense.

O Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha recebeu a aprovação da aposentadoria no dia 02 de março. Ele ingressou na carreira em 1988, inicialmente como Juiz Substituto nas comarcas de Chapecó, Quilombo, Xaxim e Capital. Em 1990 já promovido como Juiz de Direito judicou nas Co-

marcas de Campo Erê, Capinzal, Canoinhas e São José, antes de retornar à Capital em 2003. Entre entre 2004 e 2008 trabalhou como Juiz-Corregedor na Corregedoria-Geral de Justiça no Núcleo Correicional e no Núcleo de Projetos. Até a confirmação da aposentadoria atuava no Foro Distrital do Continente, onde já estava há sete anos. Além de ter sido aluno da primeira turma do curso de preparação para a

Magistratura, da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), em 1987, Portelinha lecionou na referida instituição de 1994 a 1998.

A carreira do Magistrado Paulo Roberto Froes
Toniazzo também foi marcada por importantes contribuições à Justiça. O Magistrado ingressou na carreira em 1998, atuando nas comarcas de Araranguá, São Lourenço do Oeste, Gaspar, Itajaí, Brusque, Ibirama, Camboriú, São José, Chapecó e Capital. Teve também em sua carreira passagem destacada no CGInfo, na Academia Judicial e na Corregedoria Geral da Justiça, emprestou importantes contribuições na área administrativa, em especial no tocante à dinamização e racionalização dos serviços judiciários.

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) aproveitou o ensejo para prestar suas homenagens aos Magistrados pela dedicação prestada ao Poder Judiciário e, acima de tudo, pelos seus profundos conhecimentos e desprendimentos no papel de Juízes, virtudes que contribuíram para elevar o nome da Justiça catarinense.